

10/01/2019 - 19:15

Discutir capitalização pode atrasar Previdência, diz conselheiro

Por Fábio Pupo e Edna Simão

BRASÍLIA - O professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Aloísio Araújo, convidado a integrar um conselho consultivo sobre a reforma da Previdência do ministério da Economia, acredita que a discussão em torno da capitalização neste momento pode atrasar a aprovação do projeto. Ele afirma que o governo deveria direcionar as energias para aprovar o texto que tramita no Congresso Nacional, ainda que com alterações.

Para o conselheiro, a discussão em torno da capitalização -- em que cada trabalhador contribui para a própria aposentadoria -- é complexa e acabaria postergando medidas que poderiam começar já a sanar o déficit das contas públicas (por meio da redefinição dos critérios para se aposentar, como idade mínima e tempo de contribuição). Ele afirma que a dificuldade para criar um novo sistema já começa com a definição e a regulamentação sobre onde ficariam depositados os recursos dos trabalhadores e quem os administraria. Entre as alternativas possíveis, estão fundos de pensão e até uma nova estatal.

Caso o governo opte realmente por enviar a capitalização neste momento, ele defende que o mais adequado seria deixar a regulamentação para depois. "Se for fazer toda a regulamentação agora, pode atrasar. Acho que não deveria ser feita. Se quiser fazer, deixa para depois os detalhes", disse em entrevista.

Um integrante do governo afirmou ao **Valor** que a PEC não deve trazer neste momento regras sobre o tipo de instituição e como serão administradas as contas individuais. O entendimento é que a proposta precisa apenas autorizar a capitalização e prever, por exemplo, valores como teto e subteto para as contribuições -- que ainda não estão definidos. Por isso, os demais detalhes devem ficar para uma regulamentação posterior.

Araújo foi convidado para integrar o conselho consultivo sobre a Previdência pela economista Solange Paiva, que também estará no grupo. O objetivo é discutir e elaborar propostas para a reforma. O conselho -- que deve incluir também Arminio Fraga, Paulo Tafner, José Márcio Camargo e Fabio Giambiagi -- deve ser ligado à secretaria de Previdência.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta semana que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência a ser enviada pelo governo ao Congresso em fevereiro vai incluir a capitalização. "Vai ser tudo junto", disse.

A instituição de um regime de capitalização é considerada delicada também porque demanda recursos públicos para a fase de transição. Como cada trabalhador passaria a arcar apenas com sua renda futura, o país perderia essa receita e precisaria arranjar uma maneira de bancar os já aposentados.

Além disso, os mais pobres teriam pouco a contribuir para eles próprios. Por isso, o governo estuda deixar os indivíduos de renda mais baixa fora do regime. Araújo considera a decisão acertada. "É nas rendas mais baixas que disparam os custos, o que foi um problema no Chile [que adotou a capitalização nos anos 1980, mas é contestado pelos baixos valores pagos a muitos aposentados]", afirma.